



MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES

AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS (ANTAQ)

CONCURSO PÚBLICO

Nível Superior

CARGO

7

ANALISTA ADMINISTRATIVO
ESPECIALIDADE:
ARQUIVOLOGIA

MANHÃ

Caderno I

LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO.

- 1 Confira atentamente se o tipo deste caderno coincide com o que está registrado em sua folha de respostas e em cada página numerada deste caderno de provas. Em seguida, verifique se ele contém as provas objetivas e a prova discursiva, acompanhada de espaço para rascunho, de uso opcional. Caso o caderno esteja incompleto ou tenha qualquer defeito, ou haja divergência quanto ao tipo de caderno, solicite ao fiscal de sala mais próximo que tome as providências cabíveis, pois não serão aceitas reclamações posteriores nesse sentido.
- 2 Quando autorizado pelo chefe de sala, no momento da identificação, escreva, no espaço apropriado da **folha de respostas**, com a sua caligrafia usual, a seguinte frase:
*Conhecimento e ignorância são diretamente proporcionais:
quanto maior aquela, maior esta.*
- 3 Não se comunique com outros candidatos nem se levante sem autorização do fiscal de sala.
- 4 Na duração das provas, está incluído o tempo destinado à identificação — que será feita no decorrer das provas —, ao preenchimento da folha de respostas e à transcrição do texto definitivo da prova discursiva para a folha de texto definitivo.
- 5 Ao terminar as provas, chame o fiscal de sala mais próximo, devolva-lhe a sua folha de respostas e a sua folha de texto definitivo e deixe o local de provas.
- 6 A desobediência a qualquer uma das determinações constantes no presente caderno ou na folha de respostas poderá implicar a anulação das suas provas.

AGENDA (datas prováveis)

- I 7/4/2009, após as 19h (horário de Brasília) – Gabaritos oficiais preliminares das provas objetivas: Internet – www.cespe.unb.br.
- II 8 e 9/4/2009 – Recursos (provas objetivas): exclusivamente no Sistema Eletrônico de Interposição de Recurso, Internet, mediante formulários que estarão disponíveis nesse sistema.
- III 28/4/2009 – Resultado final das provas objetivas e resultado provisório da prova discursiva: Diário Oficial da União e Internet.

OBSERVAÇÕES:

- Não serão objeto de conhecimento recursos em desacordo com o estabelecido em edital.
- Informações adicionais: telefone 0(XX) 61 3448-0100; Internet – www.cespe.unb.br.
- É permitida a reprodução deste material apenas para fins didáticos, desde que citada a fonte.

De acordo com o comando a que cada um dos itens das provas objetivas se refira, marque, na **folha de respostas**, para cada item: o campo designado com o código **C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o código **E**, caso julgue o item **ERRADO**. A ausência de marcação ou a marcação de ambos os campos não serão apenadas, ou seja, não receberão pontuação negativa. Para as devidas marcações, use a **folha de respostas**, único documento válido para a correção das suas provas.

CONHECIMENTOS BÁSICOS

1 No mundo moderno em que vivemos, é certamente difícil reconstituir as sensações, as impressões que tiveram os primeiros homens em contato com a natureza. A imensa
4 variedade de corpos e acontecimentos que nos envolvem gerou as noções de matéria, de espaço e de tempo, fundamentalmente entrelaçadas no conhecimento das coisas.
7 No estado de repouso e de movimento dos objetos — esta casa parada, aquela pedra atirada que cai, o movimento do sol, da lua, no céu — estão intimamente associados
10 os conceitos de lugar que ocupam sucessivamente os corpos, de espaço e de tempo.

13 Tempo, espaço e matéria são, pois, ideias que penetram o nosso conhecimento das coisas, desde o mais primitivo, e que evoluíram por meio das especulações filosóficas até as modernas investigações científicas, que as
16 integraram em um nível mais profundo de síntese, uma unificação que levou milênios para ser atingida.

José Leite Lopes. **Tempo = espaço = matéria**. In: Adauto Novaes (Org.). **Tempo e História**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p. 167 (com adaptações).

Julgue os itens a seguir a respeito da organização do texto apresentado.

- 1 No desenvolvimento da textualidade, a substituição do trecho “em que vivemos” (l.1) por **no qual vivemos** ou por **onde vivemos** não acarreta prejuízo para a coerência nem para a correção gramatical do texto.
- 2 Devido à função que exerce na oração, a vírgula empregada depois de “sensações” (l.2) poderia ser substituída tanto pela conjunção **e** como pela conjunção **ou**, sem prejudicar a correção gramatical ou a coerência do texto.
- 3 Preservam-se a coerência da argumentação e a correção gramatical do texto ao se substituir “A imensa variedade de” (l.3-4) por **Os inúmeros**.
- 4 A expressão “No estado de repouso e de movimento dos objetos” (l.7) localiza onde se associam os “conceitos” referidos na linha 10.
- 5 O uso dos travessões, nas linhas 7 e 9, marca a inserção de uma informação que também poderia ser assinalada por duas vírgulas; mas, nesse caso, o texto não deixaria clara a hierarquia de informações em relação aos termos da enumeração já separados por vírgulas.
- 6 Na linha 12, caso se deslocasse a conjunção “pois” para o início da oração, a coerência da argumentação seria preservada, desde que fossem retiradas as duas vírgulas que isolam essa palavra e que se fizessem os necessários ajustes nas letras maiúsculas e minúsculas.
- 7 Na organização das ideias no texto, o pronome “que” (l.14) retoma “nosso conhecimento das coisas” (l.13).
- 8 Por se referir a “um nível mais profundo de síntese” (l.16), a expressão “uma unificação que” (l.16-17) pode ser substituída por **o que**, sem prejudicar a argumentação ou a correção gramatical do texto.

Acerca da redação de documentos oficiais, julgue os itens que se seguem.

- 9 Respeitam-se as normas relativas à redação de documentos oficiais ao se finalizar um atestado ou uma declaração da maneira apresentada a seguir.

Atenciosamente,

(assinatura)

Fulano de Tal

Brasília, 15 de março de 2009

- 10 Desrespeitam-se as exigências de clareza, objetividade e obediência às regras gramaticais ao se apresentar o seguinte parágrafo no início de um relatório, em um órgão público.

1. APRESENTAÇÃO

Ao apresentar este relatório, os resultados parciais da Ouvidoria realizada durante os meses de Outubro e Novembro de 2008, ano em que visamos a melhorias no atendimento dos usuários e na eficiência nos procedimentos internos graças às restrições orçamentárias oriundas de financiamento para as áreas-fins.

Nos Estados Unidos da América (EUA), desemprego e fome se espalham. Índice de desocupados chega a 22,6% em alguns casos. Insegurança alimentar atinge uma em cada 9 casas. A primeira reação costuma ser de espanto, e é seguida de uma pergunta: como é que os cidadãos do país mais rico do mundo podem chegar a um nível financeiro tão desesperador? Em seguida, surge entre eles próprios a segunda reação: lamentar-se, com uma dose de constrangimento misturada a outra de vergonha.

Isso é perceptível até mesmo no jargão oficial do governo. Suas estatísticas mostram que, hoje, uma em cada nove residências é habitada por pessoas com “insegurança alimentar”. Esse passou a ser o termo usado para se admitir, de forma menos chocante, que se trata de famílias que chegam a passar fome.

O Globo, 15/2/2009, p. 34 (com adaptações).

Tendo o texto acima como referência inicial e considerando a abrangência do tema por ele focalizado, julgue os itens de **11 a 20**.

- 11 A atual crise econômica global, iniciada nos EUA, no segundo semestre de 2008, apresenta uma característica marcante, isto é, diferentemente do que ocorre em geral, desta vez os mercados financeiros é que contaminaram a economia real.
- 12 A origem da mencionada crise está ligada a problemas verificados no setor de crédito imobiliário, que arrasta instituições financeiras e, no desdobramento, atinge áreas diversas do sistema produtivo.
- 13 O cenário de crise, embora de extrema gravidade, parece não ter influenciado no recente processo eleitoral norte-americano, pois o governo Bush conseguiu eleger o candidato de seu partido, o republicano Barack Obama.

- 14 No texto, a afirmação de que os EUA são o país mais rico do mundo é equivocada, porque essa posição foi perdida há algum tempo para a China, que, na atualidade, detém a liderança econômica e militar exercida pelos norte-americanos por várias décadas.
- 15 O que mais chama a atenção na presente crise econômico-financeira é o caráter de ineditismo de que se reveste, já que, pelo menos no século XX, nada parecido ou de grande magnitude chegou a abalar o capitalismo mundial.
- 16 A disseminação mundial da crise foi facilitada pela própria natureza da economia contemporânea, a globalização, caracterizada pela vigorosa interdependência entre os mais diversos setores da economia e as distintas regiões do planeta.
- 17 Aproveitando a experiência do passado, os países recusam-se, com essa crise, a tomar medidas de cunho protecionista, para não agravar uma situação que atinge a todos.
- 18 Tal como ocorre no presente, o desemprego costuma ser um dos mais elevados custos sociais que uma crise econômica de grandes proporções acarreta.
- 19 Países considerados emergentes no cenário econômico mundial, como o Brasil e a Índia, podem não ser muitos afetados pela atual crise por serem detentores de matérias primas estratégicas e por pouco dependerem do consumo externo, ao contrário do que ocorre com os de economia mais desenvolvida.
- 20 Blocos econômicos, como a União Europeia e o MERCOSUL, compõem o panorama do que se convencionou chamar de globalização e derivam, entre outras razões, da necessidade de se posicionar bem no competitivo mercado mundial.

The U.N. and the sea grab of today

It was the Maltese delegate to the United Nations (U.N.) who spoke up first, in November 1967, to urge the members of the U.N. to use their collective clout to come to an agreement on fair and responsible use of the world's oceans. It took 15 years, but an agreement was eventually struck from a nine-year conference that produced the U.N. Convention on the Law of the Sea.

The treaty was completed in 1982 and came into force in 1994. Essentially, it codified already established customs, like the Law of the Sea. International waters remained international, "the common heritage of all mankind". Limitations were set on how much coastal water and seafloor a nation could claim as its own.

Other legislation determined by the convention included creating the concept of exclusive economic zones (EEZ). Territorial waters are extensions of a state's laws and right of defense; EEZs are extensions of a state's rights to resources offshore. The boundaries of an EEZ go well beyond territorial waters, extending 200 miles (322 km) from shore. All of the organic and mineral resources found in these waters are the exclusive domain of the coastal nation it belongs to.

Josh Clark. **Who owns the oceans?**
Internet: <geography.howstuffworks.com> (adapted).

According to the text, judge the following items.

- 21 It has taken nine years for an agreement on fair and responsible use of the world's oceans to be struck since the Maltese delegate to the United Nations spoke about it.
- 22 The treaty on fair and responsible use of the world's oceans was struck in 1982 and came into force right away.
- 23 Legislation determined by the U.N. Convention on the Law of the Sea included limitations on how much coastal water a nation could claim as its own.
- 24 According to the U.N. Convention on the Law of the Sea, the boundaries of an exclusive economic zone exceed territorial waters.

Text for items from 25 through 30

Sharks in the water

In the last year, Somalia's pirates have attacked 120 vessels in the Gulf of Aden, choking commerce in a critical shipping lane (the transit route for 20 percent of the world's oil), blocking aid supplies and driving up transport costs.

The last few weeks have shown how hard it will be to defeat the pirates on the high seas, which seems like the international community's approach. When British Marines tried to board a captured fishing dhow on Nov. 11, they had to go in with guns blazing and killed one possible hostage in the process. A week later, an Indian warship opened fire on what it thought was a pirate mother ship. But the target turned out to be a Thai fishing vessel. When pirates seized their most valuable prize ever on Nov. 15 — the Sirius Star supertanker holding 2 million barrels of Saudi crude — everyone kept their distance.

As this suggests, Somalia's seaborne bandits are making a mockery of all efforts to stop them. Pirates have only increased their efforts, ranging across an area bigger than the Mediterranean. The Sirius Star was taken 450 nautical miles southeast of Kenya, and with it, the Somalis now hold 300 hostages and 15 ships.

The Somalia's internationally recognized transitional government has invited foreign navies to do what's necessary to stop the pirates, even attacking them ashore if need be. The Security Council has affirmed that option. Moreover, nearly all of Somalia's pirates come from one region (Puntland), live in a single town (Boosaaso) and stash captured vessels in one of three ports (Eyl, Hobyor or Haradhere) — making interdiction that much easier. Andrew Linington of Nautilus UK, a seaman's union that has had many of its members taken hostage, says the international community "knows where the pirates are, they know the ports they use, they know the mother ships. Stopping them could be done," he says. But that would be expensive at a time when U.S. resources are tied up in Afghanistan and Iraq.

Rod Nordlant. **Sharks in the water.**
Internet: <www.newsweek.com> (adapted).

According to the text, it is correct to affirm that

- 25 British Marines tried to board a captured pirate ship on Nov 11. In this process, a possible hostage was killed.
- 26 an Indian warship attacked a supposed pirate mother ship which was, nevertheless, a fishing vessel.
- 27 a supertanker was the pirates' most valuable capture.

Judge the following items according to the text.

- 28 The efforts to stop the attacks have forced the pirates to shrink the area of their activities.
- 29 Although the international community may know where the pirates are or the ports they use, interdicting them would be quite expensive for the U.S. at this moment.
- 30 All of Somalia's pirates come from one region, what makes their interdiction quite easy.

CONHECIMENTOS COMPLEMENTARES

Considere a situação de um empregado público de empresa pública federal, prestadora de serviços públicos, que tenha sido demitido por justa causa e, por discordar do fundamento da demissão, tenha ingressado na justiça do trabalho com reclamação trabalhista, pleiteando verbas rescisórias, já que estaria submetido ao regime da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Com relação a essa situação e acerca da organização administrativa da União e da sua administração indireta, julgue os itens seguintes.

- 31** Os salários dos empregados das empresas públicas federais são fixados por meio de lei ordinária federal.
- 32** Julgada procedente a reclamação trabalhista descrita acima, os bens da referida empresa pública, mesmo aqueles destinados à sua atividade fim, poderão ser penhorados.
- 33** A referida reclamação trabalhista deverá ser julgada pela justiça federal, e não pela justiça do trabalho.

Considere que a ANTAQ tenha editado resolução que exija, como requisito para obtenção de autorização para o afretamento de embarcações estrangeiras, a prévia consulta sobre a disponibilidade de embarcações nacionais que possam fazer a navegação de cabotagem. Acerca dessa situação hipotética e dos atos administrativos a ela relacionados, julgue os itens que se seguem.

- 34** As resoluções editadas pelas agências reguladoras com vistas a regular o serviço público concedido, quando dotadas de características de abstração e generalidade, como no caso apresentado, não poderão ser impugnadas diretamente por meio de mandado de segurança, mesmo que haja direito líquido e certo.
- 35** Por serem consideradas atos normativos primários, resoluções como a descrita poderão ser objeto de controle concentrado de constitucionalidade.
- 36** Resoluções como a mencionada são classificadas como atos administrativos compostos, já que são formadas pela vontade de mais de um agente público.

Considere a situação de uma usuária de serviço público concedido que não se conforma em pagar quantia fixa mensal a título de disponibilização do serviço ofertado pela concessionária mesmo quando não utiliza esse serviço. Insatisfeita com a situação, a usuária faz uma reclamação à agência reguladora, a qual decide que, de fato, a referida tarifa não é devida. Com relação a essa situação hipotética e aos contratos administrativos, julgue os itens de **37** a **39**.

- 37** O valor cobrado na hipótese pela concessionária não será devido, mesmo que a sua cobrança esteja autorizada no contrato de concessão firmado entre a concessionária e o poder concedente, já que os contratos administrativos não podem gerar efeitos em face dos usuários dos serviços públicos que não participaram do contrato.

- 38** O litígio travado entre a concessionária de serviço público e o poder concedente, diante do contrato de concessão, decorrente, por exemplo, de situações como a descrita, poderá ser solucionado por meio da arbitragem.
- 39** Resolvida a questão perante o órgão regulador, o poder concedente tem competência para determinar que a concessionária deixe de cobrar a referida tarifa, sob pena de rescisão do contrato de concessão.

Uma agência reguladora emitiu ato autorizativo precário. Três anos depois de editado o referido ato, verificou-se que o mesmo teria sido dado de forma ilegal. Imediatamente, o órgão competente determinou a instauração de processo administrativo visando a cassar esse ato, assegurando-se ao seu destinatário o direito de ampla defesa e o contraditório. O processo só foi finalizado mais de 5 anos depois da edição do ato — tendo-se concluído que o mesmo tinha sido editado de forma ilegal —, quando foi então concluso para julgamento por parte da autoridade competente.

Com relação a essa situação hipotética e ao processo administrativo, na forma da Lei n.º 9.784/1999, julgue os itens subsequentes.

- 40** Na situação apresentada, a autoridade competente poderá delegar poderes para que outra autoridade a ela subordinada decida a respeito do referido processo.
- 41** Como já foi ultrapassado o prazo de 5 anos, a contar da data da edição do ato autorizativo, operou-se a decadência do direito de cassar o referido ato.

Em cada um dos itens a seguir, é apresentada uma situação hipotética seguida de uma assertiva a ser julgada, tendo como base o regime jurídico estatutário dos servidores públicos federais.

- 42** Pedro, servidor público federal, é casado com Maria, servidora pública do estado de Minas Gerais. Maria foi deslocada, no interesse da administração, para trabalhar em outro município. Nesse caso hipotético, Pedro poderá, independentemente do interesse da administração federal, ser removido para o mesmo município do deslocamento de Maria, com o objetivo de acompanhá-la.
- 43** Um servidor público federal pediu exoneração do seu cargo antes da abertura de processo administrativo disciplinar contra si. Concluiu-se, ao final, que esse servidor praticou infração administrativa para a qual a pena prevista é a de demissão. Nessa situação, a referida penalidade não poderá ser aplicada caso o acusado não seja mais servidor público na data da decisão do processo.

Considere que a União, por meio de dispensa de licitação, tenha firmado contrato de prestação de serviços de forma continuada com determinada empresa. Firmado o contrato, o órgão da União responsável pelo contrato passou a exigir da referida empresa a comprovação do recolhimento das contribuições previdenciárias incidentes sobre o contrato. Diante dessa situação hipotética e acerca da licitação pública, na forma da Lei n.º 8.666/1993, julgue os itens seguintes.

- 44** A exigência de regularidade fiscal, caso ocorra na fase de habilitação, é ilegal, pois se trata de contrato firmado por dispensa de licitação.
- 45** Se a administração pública não fizer a referida exigência ao longo da execução do contrato administrativo, a União poderá ser responsabilizada, de forma solidária, pelas respectivas contribuições devidas.

Julgue os itens que se seguem com relação ao regime constitucional da regulação de transportes.

- 46** Suponha que uma empresa estrangeira de transporte aquaviário pretenda desenvolver o transporte de cabotagem de passageiros no Brasil. Nesse caso, sendo essa empresa estrangeira, estará vedada a sua atuação em águas brasileiras.
- 47** Considere que a União pretenda comprar petróleo bruto do Canadá com vistas a regular o preço dos seus derivados no mercado interno. Nesse caso, o transporte desse petróleo da origem para o Brasil deverá ser feito em regime de monopólio pela União.

Considere que um estado da federação, que não possui fronteira com outros países, pretenda explorar, diretamente, a atividade de transporte aquaviário de passageiros entre portos localizados em seu território, bem como prestar melhor atendimento às demandas por estrutura portuária. Com respeito a essa situação e à organização do Estado, na forma da Constituição Federal (CF), julgue os itens subsequentes.

- 48** Nesse caso, conforme a CF/1988, a atividade de transporte aquaviário é privativa da União, não podendo os estados membros exercerem essa atividade.
- 49** O serviço público de infraestrutura aeroportuária é de competência comum entre a União, os estados membros, o Distrito Federal e os municípios, não sendo esse serviço monopólio da União.
- 50** Se a exploração de infraestrutura de transporte for associada à prestação de serviços de transporte, a outorga adequada será a concessão, e não a permissão ou a autorização.
- 51** Depende de autorização a construção e a exploração de instalação portuária pública de pequeno porte.

Julgue os próximos itens relativos à organização do poderes.

- 52** Os diretores das agências reguladoras serão escolhidos pelo presidente da República, mas essa escolha deve ser aprovada, por meio de voto secreto, após arguição pública, pelo Senado Federal.
- 53** As agências reguladoras federais possuem elevado grau de independência em face do poder central, razão pela qual não estão submetidas ao controle por parte do Tribunal de Contas da União, no que se refere aos aspectos de eficiência do serviço público concedido, fiscalizado pelas agências.
- 54** O Poder Judiciário não pode anular ato de nomeação dos diretores das agências reguladoras.

Considere que determinado navio petroleiro, ao fazer a aproximação no porto de Santos, no estado de São Paulo, tenha colidido com outra embarcação, causando significativo dano ambiental nas praias daquele estado. Com relação a esse caso hipotético, julgue os itens a seguir, acerca da organização do Poder Judiciário e do Ministério Público.

- 55** Nesse caso, caberá exclusivamente ao Ministério Público do estado de São Paulo propor a devida ação penal.
- 56** A ação judicial de reparação de danos ambientais não será de competência privativa do Ministério Público.
- 57** Caberá à justiça federal da seção judiciária de Santos julgar tanto a ação civil quanto a ação penal em face do acidente em tela.

Com relação à ordem econômica, julgue os itens que se seguem.

- 58** A exploração de atividade econômica diretamente pelo Estado será permitida quando necessária aos imperativos da segurança nacional ou a relevante interesse coletivo.
- 59** As empresas estatais, no que se refere à constituição e ao funcionamento dos respectivos conselhos de administração e fiscal, deverão contar com a efetiva participação de acionistas minoritários.
- 60** Suponha que, por meio de lei, a União tenha instituído contribuição de intervenção no domínio econômico relativa às atividades de importação ou comercialização de petróleo e seus derivados. Nesse caso, os recursos arrecadados serão destinados obrigatoriamente ao financiamento de programas de infraestrutura de transportes.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Com relação a conceitos fundamentais de arquivologia e tendo como referência a legislação arquivística brasileira vigente, julgue os itens a seguir.

- 61** De acordo com a aplicação dos critérios elaborados por Michel Duchein e considerando as vinculações existentes entre a ANTAQ e o Ministério dos Transportes, o acervo documental que estiver presente na ANTAQ deve ser considerado um subfundo vinculado ao fundo do referido ministério.
- 62** As agências reguladoras, como a ANTAQ, têm, por lei, autonomia para aprovar sua tabela de temporalidade e para divulgar listagens de eliminação resultantes do processo de avaliação de seus documentos arquivísticos.
- 63** De acordo com a legislação em vigor, os arquivos permanentes acumulados por agências reguladoras, como a ANTAQ, devem ser mantidos em suas dependências, desde que garantido o acesso e a preservação.
- 64** De acordo com os fundamentos da arquivologia, é correto que o arquivo corrente que existir na ANTAQ seja formado pelo conjunto de documentos mantidos nos diversos setores da agência para apoio às atividades cotidianas.
- 65** De acordo com a legislação vigente, o formato da numeração dos processos abertos na ANTAQ deve seguir o modelo adotado em outros órgãos públicos da administração pública federal, que é normatizado pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.
- 66** A legislação atual estabelece que, devido às peculiaridades das atividades desenvolvidas pelas agências reguladoras, a ANTAQ deve elaborar seu código de classificação de documentos para a atividade-fim com base no método de codificação mais adequado à sua realidade, sendo incabível aprovação por instituição arquivística pública.
- 67** É resultado direto da função arquivística denominada, pelos canadenses, aquisição a elaboração, pela ANTAQ, de instrução de serviço que normatize a transferência de documentos de um setor de trabalho para o arquivo central com funções de arquivo intermediário.
- 68** O plano de destinação é instrumento de avaliação aplicado em massas documentais acumuladas de fundos abertos, como deve ser o caso de documentos das agências reguladoras, como a ANTAQ.

Julgue os itens seguintes, relativos a conceitos fundamentais de arquivologia.

- 69** A instituição — como sujeito produtor de documentos —, o documento de arquivo — como produto da atividade da instituição — e o arquivo são elementos que possibilitam o enunciado teórico do princípio da proveniência.
- 70** Os arquivos de uma instituição são formados a partir da informação registrada orgânica, interna ou externa, dessa instituição.
- 71** A informação não orgânica existe exclusivamente nos setores de trabalho e sob a forma de publicações, de bancos de dados ou de dossiês temáticos.
- 72** É possível distinguir dois níveis dos postulados fundamentais do princípio da proveniência: um primeiro nível, que consiste em não se misturar a documentação de diferentes fundos, e um segundo nível, que se baseia em não se misturar a documentação das diferentes unidades que compõem o fundo, mantendo sua estrutura orgânica original.
- 73** A imparcialidade, como uma das características dos registros documentais, caracteriza-se pelo fato de os documentos de arquivo não serem coletados artificialmente, mas resultarem do curso dos atos e das ações de uma administração.
- 74** A capacidade que os documentos de arquivo têm de registrar e preservar as ações e os atos dos seus criadores provém da importante relação entre os documentos e a atividade da qual eles resultam.
- 75** Entre os aspectos diferenciadores de um documento de arquivo, incluem-se a heterogeneidade de seu conteúdo e a multiplicidade da informação, aspectos derivados não da proximidade com a gênese do documento, mas de sua própria gênese.
- 76** O documento tomado individualmente não é testemunho completo dos atos e das ações que o geraram, visto que é na relação que ele estabelece com outros documentos e com a atividade da qual resulta que lhe são atribuídos significado e capacidade comprobatória, característica conhecida como inter-relacionamento.
- 77** O desenvolvimento do conceito de arquivo, que é tributário do princípio de respeito aos fundos, tem característica marcante: ele resulta do acúmulo de conhecimentos produzidos a partir de um clima epistemológico próprio da época em que alguns elementos foram sendo agregados.
- 78** Documentos de direção, documentos normativos, documentos constitutivos e documentos contábeis e financeiros são gêneros documentais reconhecidos pela literatura arquivística.
- 79** O fundo fechado não pode, em nenhuma hipótese, receber documentos após a extinção da pessoa jurídica ou o falecimento da pessoa física.
- 80** O princípio da territorialidade é considerado pelos arquivistas canadenses um segundo nível de aplicação do princípio da proveniência.

Acerca do gerenciamento da informação e da gestão de documentos aplicados aos arquivos governamentais, julgue os itens subsequentes.

- 81** A legislação arquivística fornece elementos normalizadores à política arquivística brasileira, mas não é, em si mesma, uma política.
- 82** As políticas públicas arquivísticas constituem uma das dimensões das políticas públicas informacionais. No Brasil, as políticas públicas arquivísticas são concebidas e implementadas no âmbito das políticas públicas de informação existentes.
- 83** Por meio de um programa em três fases — criação, difusão e acesso; proteção e conservação; classificação e recuperação da informação —, baseado na missão do organismo e integrado na sua política de gestão da informação, é possível que a arquivística contribua com a administração pública.
- 84** A legislação é a principal fonte de conhecimento dos prazos de guarda da maioria dos documentos constantes de tabelas de temporalidade.
- 85** A avaliação funcional, ou macroavaliação é o modelo teórico da tabela de temporalidade de documentos, elaborada pelo Conselho Nacional de Arquivos.
- 86** Na concepção de Schellenberg, existem três métodos de classificação: funcional, organizacional e por assuntos.
- 87** É possível encontrar, nas três fases de um programa de gestão de documentos, as sete funções arquivísticas propostas pelos arquivistas canadenses.
- 88** A motivação econômica é a razão da existência do arquivo intermediário e a sua justificativa técnica.
- 89** A adoção do sistema descentralizado de arquivos correntes é mais adequada para pequenas organizações, ao passo que o sistema centralizado é compatível com as organizações mais complexas e fisicamente grandes.
- 90** A intervenção da arquivística na gestão dos documentos nos setores acumuladores já está codificada, pelo menos como forma de supervisão, na legislação de grande número de países, inclusive no Brasil, desde a promulgação, em 1978, da Lei n.º 6.546.

O interesse pela tipologia documental perpassa o ponto de fixação terminológica, de preciosismo profissional, porque o próprio tipo leva anexo, por razão de seu próprio fundo e formas, a manifestação da informação que convém.

Alonso *apud* Antonia Heredia Herrera. **En torno al tipo documental**. *Arquivo e Administração*. Rio de Janeiro, v. 6, n.º 2, jul.-dez./2007, p. 25 (com adaptações).

Considerando o fragmento de texto acima, julgue os itens subsequentes, acerca da tipologia documental.

- 91** Tipo, termo comum que significa modelo, referência, é um termo de uso frequente e vinculado, em suas raízes, à diplomática.
- 92** Tipo documental está ligado diretamente à forma e à unidade documental; forma é a configuração que apresenta um documento segundo os diferentes estados de transmissão.
- 93** O termo tipo, aplicado aos documentos de arquivo, tem, ao longo do tempo, três versões: tipo diplomático, tipo jurídico e tipo documental. O tipo diplomático se reconhece pela disposição das formalidades jurídico/administrativas exigidas na formalização do negócio ou assunto.
- 94** Não se descreve o tipo documental, pois ele não é a unidade documental. No momento da identificação e da descrição, ele, o tipo documental, é uma característica de uma unidade documental.
- 95** O tipo documental é modelo que permite serem reconhecidos os documentos de iguais características, que são testemunhos de ação ou ato determinado.
- 96** A análise documental é descrição arquivística e, também, identificação. A identificação é reconhecimento, e a descrição é representação.

Acerca da teoria e da prática de arranjo nos arquivos permanentes, julgue os itens a seguir.

- 97** A fixação do tipo documental permite o agrupamento e a hierarquização dos documentos, isto é, a classificação.
- 98** A organização dos fundos documentais evoluiu, durante séculos, sem critérios de aplicação geral. Somente a partir do século XX, com a influência das correntes sistematizadoras, os fundos passaram a ser classificados de acordo com critérios ideológicos ou temáticos, fundamentados pelo princípio de respeito aos fundos.
- 99** De acordo com Schellenberg, o instrumento de classificação não deve ser elaborado *a priori*, sobre uma base especulativa, mas *a posteriori*.
- 100** Os níveis de classificação de um fundo de arquivo, de acordo com a norma internacional de descrição arquivística, são os seguintes: seção, subseção, grupo, subgrupo e série.
- 101** Um dos princípios que inspiram o instrumento de classificação é a estabilidade, que é obtida ao se basear o instrumento de classificação nas funções da instituição.

A descrição dos documentos de arquivo constitui a parte final do trabalho arquivístico e coincide, exatamente em sua finalidade, com a da própria documentação: informar.

José Ramón Cruz Mundet. *Manual de arquivística*. Madrid: Fundación German Sanchez Ruiperez, 2001, p. 255 (com adaptações).

Considerando o texto apresentado, julgue os próximos itens, acerca do programa descritivo.

- 102** O grupo é um dos níveis de descrição propostos pela norma internacional de descrição arquivística.
- 103** A descrição disposta do geral para o particular é uma das premissas de caráter teórico da norma internacional de descrição arquivística.
- 104** A norma internacional de registro de autoridade para entidades coletivas, pessoas e famílias — ISAAR (CPF) — estabelece diretrizes para a preparação de registros de autoridade arquivística que forneçam descrições de entidades — entidades coletivas, pessoas e famílias — relacionadas à produção e manutenção de arquivos. Essa norma não mantém relação direta com a norma internacional de descrição arquivística — ISAD(G).
- 105** Entre as séries documentais que compõem o fundo, incluem-se a vida pessoal, a produção intelectual e a vida política.
- 106** De acordo com a Norma Brasileira de Descrição Arquivística (NOBRADE), é opcional o preenchimento do campo dimensão e suporte, no qual se registra a dimensão física ou lógica da unidade de descrição, relacionando esse dado ao respectivo suporte.
- 107** O inventário é um dos instrumentos de descrição arquivística que utilizam prioritariamente a série como nível de descrição.
- 108** A difusão tem no guia um instrumento importante para as ações culturais e educativas de uma instituição arquivística.

Acerca da legislação arquivística brasileira, julgue os itens de **109** a **120**.

- 109** Os documentos relativos às atividades-meio não constantes da tabela de temporalidade de documentos, elaborada pelo Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ), devem ser submetidos às comissões permanentes de avaliação de documentos dos órgãos envolvidos, que estabelecerão os prazos de guarda e destinação, a serem aprovados pelo Arquivo Nacional.
- 110** Organizadas sob a forma de sistema, as atividades de gestão de documentos no âmbito da administração pública federal fazem parte do Sistema de Serviços Gerais (SISG).

111 Uma das possibilidades previstas por dispositivos legais para se evitar o grande volume documental acumulado pelas organizações públicas é a contratação de empresas especializadas em guarda de documentos públicos.

112 Os órgãos públicos federais deverão publicar, no Diário Oficial da União, os editais da eliminação de documentos amparada em processo avaliativo, mesmo que o órgão não adote tabela de temporalidade.

113 A listagem de eliminação de documentos, cujo objetivo é registrar informações pertinentes aos documentos a serem eliminados, constitui-se, entre outros, dos seguintes itens: cabeçalho, código do assunto, assunto/série, data-limite, quantidade e especificação das unidades de arquivamento e observações.

114 Ao ser implantado um sistema eletrônico de gestão arquivística de documentos no âmbito de uma gestão arquivística de documentos digitais, devem ser adotados requisitos funcionais, requisitos não funcionais e metadados, conforme estabelecido pelo Conselho Nacional de Arquivos.

115 Os requisitos funcionais do sistema eletrônico de gestão arquivística de documentos são: utilização de padrões abertos; independência de fornecedor; integração com sistemas legados; conformidade com a legislação e os padrões de interoperabilidade do governo; atendimento a usuários internos e externos; facilidade de utilização; desempenho.

116 A legislação arquivística brasileira, diferentemente do que ocorre na maioria dos países, não faz referência à avaliação e à eliminação de documentos arquivísticos digitais.

117 Os documentos arquivísticos digitais transferidos ou recolhidos às instituições arquivísticas públicas devem ser previamente identificados e classificados bem como ter asseguradas a integridade e a confiabilidade.

118 Para se garantir a autenticidade dos documentos arquivísticos digitais, estes deverão estar sob a forma criptografada quando forem transferidos ou recolhidos a instituição arquivística pública.

119 Na microfilmagem, pode ser utilizado qualquer grau de redução, devendo o armazenamento do filme original ser feito em local diferente daquele em que se encontra o respectivo filme-cópia.

120 A manutenção e a atualização do ambiente tecnológico relacionado a *software*, *hardware*, formatos de arquivo e mídias de armazenamento digital estão relacionadas diretamente com a questão da preservação digital.

PROVA DISCURSIVA

- Nesta prova, faça o que se pede, usando o espaço indicado para rascunho no presente caderno. Em seguida, transcreva o texto para a **FOLHA DE TEXTO DEFINITIVO DA PROVA DISCURSIVA**, no local apropriado, pois **não serão avaliados fragmentos de texto escritos em locais indevidos**.
- Respeite o limite máximo de linhas disponibilizado. Qualquer fragmento de texto além desse limite será desconsiderado.
- Na **folha de texto definitivo**, identifique-se apenas no cabeçalho da primeira página, pois **não será avaliado** texto que tenha qualquer assinatura ou marca identificadora fora do local apropriado.

As pesquisas sobre a gestão de documentos eletrônicos de arquivo são realizadas há vinte anos e, entretanto, não se pode indicar uma única instituição que tenha resolvido completamente os problemas relacionados a esse desafio. Mais do que nunca, acredita-se que as soluções se encontram em uma análise correta das questões envolvidas, uma vez que são incontáveis as iniciativas que abordaram — e “resolveram” — alguns dos problemas considerados essenciais para a gestão de documentos eletrônicos de arquivo.

Bearman David. Questões fundamentais em gestão de documentos eletrônicos. In: Marta Eloísa Melgaço Neves, (org.). Documentos eletrônicos. Fundamentos arquivísticos para a pesquisa em gestão e preservação. Belo Horizonte: Arquivo Público Mineiro, 2008. p. 34.

Considerando o caráter motivador do texto acima, redija um texto acerca da gestão de documentos eletrônicos, abordando, necessariamente, os seguintes aspectos:

- ▶ a relação da obsolescência de *hardware* e *software* com os problemas de preservação dos documentos eletrônicos;
- ▶ a autenticidade dos documentos eletrônicos.

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	